



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, NO DIA VINTE E TRÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (23-10-2023)

Ao vigésimo terceiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte e três, às dezesseis horas, realizou-se a trigésima terceira reunião ordinária presencial e por videoconferência, na Câmara Municipal de Mariana. **Estiveram presentes:** os Vereadores Adimar Cota, a Vereadora Elisabeth Cota, Ediraldo Ramos, Edson Agostinho, Fernando Sampaio, João Bosco, José Antunes, José Sales, Juliano Vasconcelos, Maurício Borges, Manoel Douglas, Pedro Ulisses, Ricardo Miranda, Ronaldo Bento, a Vereadora Sônia Azzi, o Secretário de Governo, Marcelo Macedo e o ex-Vereador Geraldo Sales de Souza. O Presidente, Edson Agostinho de Castro Carneiro, cumprindo o Dispositivo Regimental, havendo número legal, em nome de Deus e do Povo Marianense declarou abertos os trabalhos. Dando continuidade, o Presidente consultou os Vereadores se queriam fazer a leitura da **Ata da trigésima segunda reunião ordinária**, realizada no dia dezesseis de outubro de dois mil e vinte e três ou fazer alguma ressalva, não havendo manifestação contrária, a **ata foi aprovada por unanimidade**. Ato contínuo solicitou a Secretária a **Leitura dos Projetos de Lei: Projeto de Lei nº 127/2023 (autoria do Vereador Manoel Douglas Soares Oliveira): "Declara utilidade o Templo Parogã do amanhecer de Mariana e Ouro Preto MG". Projeto de Lei nº 130/2023 (autoria do Vereador Juliano Vasconcelos Gonçalves): "Dispõe sobre a criação da política pública de desenvolvimento econômico local e regional denominada "Programa Próspera Mariana - PPM", e dá outras providências". Projeto de Lei nº 131/2023 (autoria do Prefeito Celso Cota Neto): "Dispõe sobre o Serviço de Inspeção Municipal e os procedimentos de inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal revoga a Lei 3.610, de 20 de setembro de 2022 e dá outras providências". Projeto de Lei nº 132/2023 (autoria do Vereador Ediraldo Arlindo de Freitas Ramos): "Incluir no calendário oficial cultural de datas comemorativas no âmbito do Município o evento esportivo futebolístico a ser comemorado no dia 16 de julho". Leitura dos Requerimentos: Requerimento nº 328/2023 (autoria do Vereador José Antunes Vieira), Requerimento nº 345/2023 (autoria do Vereador Juliano Vasconcelos Duarte), Requerimento nº 352/2023 (autoria da Vereadora Elisabeth Cota e Vereador Ronaldo Alves Bento), Requerimento nº 363/2023 (autoria do Vereador Ronaldo Alves Bento). Leitura das Indicações: Indicação nº 1529/2023 (autoria da Vereadora Elisabeth Cota), Indicação nº 1530/2023 (autoria da Vereadora Elisabeth Cota), Indicação nº 1537/2023 (autoria da Vereadora Elisabeth Cota), Indicação nº 1572/2023 (autoria da Vereadora Elisabeth Cota), Indicação nº 1587/2023 (autoria do Vereador José Sales de Souza), Indicação nº 1514/2023 (autoria do Vereador José Antunes Vieira), Indicação nº 1519/2023 (autoria do Vereador José Antunes Vieira), Indicação nº 1573/2023 (autoria do Vereador José Antunes Vieira), Indicação nº 1577/2023 (autoria do Vereador José Antunes Vieira), Indicação nº 1578/2023 (autoria do Vereador José Antunes Vieira), Indicação nº 1580/2023 (autoria do Vereador Pedro Ulisses Coimbra Vieira), Indicação nº 1581/2023 (autoria do Vereador Pedro Ulisses Coimbra Vieira), Indicação nº 1582/2023 (autoria do**



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

Vereador Pedro Ulisses Coimbra Vieira), **Indicação nº 1583/2023** (autoria do Vereador Pedro Ulisses Coimbra Vieira), **Indicação nº 1565/2023** (autoria do Vereador Ronaldo Alves Bento). **Leitura das Moções de Pesar:** pelo passamento da **Sra. Mariane Luiza Matos** (autoria dos Vereadores Ronaldo Alves Bento, Mauricio Antônio Borges Andrade e Silva e Juliano Duarte), pelo passamento do **Sr. Osvaldo Paulo Saldanha** (autoria dos Vereadores Edson Agostinho de Castro Carneiro, Ronaldo Alves Bento, Fernando Sampaio de Castro, Juliano Vasconcelos Gonçalves, José Sales de Souza, Ediraldo Arlindo de Freitas Ramos), pelo passamento do **Sr. Marco Antônio da Silva** (autoria do Vereador Ronaldo Alves Bento), pelo passamento da **Sra. Anita Teixeira** (autoria do Vereador Fernando Sampaio de Castro), pelo passamento da **Sra. Terezinha de Jesus Santos** (autoria do Vereador Ronaldo Alves Bento), pelo passamento do **Sr. Arley da Graça Camilo** (autoria dos Vereadores Juliano Vasconcelos Gonçalves, Fernando Sampaio de Castro, Edson Agostinho de Castro Carneiro, José Antunes Vieira, Ronaldo Alves Bento), pelo passamento do **Sr. Joaquim Teixeira Barcelos** (autoria dos Vereadores Edson Agostinho de Castro Carneiro, José Antunes Vieira, Fernando Sampaio de Castro, Pedro Ulisses), pelo passamento do **Sr. Dilson do Carmo** (autoria do Vereador Ronaldo Alves Bento). **A reunião ocorreu sem intervalo. Leitura dos Pareceres: Projeto de Lei nº 128/2023 (autoria do Vereador Ricardo de Miranda Thomaz):** “Dispõe sobre denominação de praça pública localizada no Bairro Vila Aparecida, no Município de Mariana, Minas Gerais”. Pela ordem, o Vereador Manoel Douglas solicitou que fosse consultado o Plenário para que o Projeto de Lei fosse discutido e votado em única discussão e votação. Atendendo a solicitação do Vereador, o Presidente consultou o Plenário, recebendo parecer favorável de todos os Vereadores. **O Presidente submeteu o Projeto de Lei em única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 129/2023 (autoria do Prefeito Celso Cota Neto):** “Autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente vinculados aos recursos da união oriundos da Lei Complementar nº 195, de 08/07/2022 e dá outras providências”. Pela ordem, o Vereador Manoel Douglas solicitou que fosse consultado o Plenário para que o Projeto de Lei fosse discutido e votado em única discussão e votação. Atendendo a solicitação do Vereador, o Presidente consultou o Plenário, recebendo parecer favorável de todos os Vereadores. **O Presidente submeteu o Projeto de Lei em única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. VOTAÇÃO: Requerimento nº 328/2023 (autoria do Vereador José Antunes Vieira)** Pela ordem, o Vereador José Antunes solicitou a retirada do requerimento. Atendendo a solicitação do autor do Requerimento, o Presidente retirou o Requerimento. **Requerimento nº 345/2023 (autoria do Vereador Juliano Vasconcelos Duarte)** Pela ordem, o Vereador Juliano Vasconcelos disse que apresentaram o requerimento em relação a uma lei de sua autoria que é o Programa Ciclo Seguro. Explicou que o Programa é baseado no município de Mariana adquirir absorventes e fornecer em todas as escolas municipais de forma gratuita para alunas da rede municipal de educação. Enfatizou que após a aprovação da Lei a educação não iniciou a disponibilização dos absorventes em todas as escolas da rede municipal e que depende da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania fazer a aquisição, por esse motivo convidam para participarem da reunião. Além disso, destacou que muitas alunas ficam constrangidas, não possuem condições de comprar e deixam de ir



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

às escolas. Disse que em outras cidades a lei já está sendo praticada e esperam que o município pratique a lei. **O Presidente submeteu o Requerimento em única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Requerimento nº 352/2023** (autoria da Vereadora Elizabeth Cota e Vereador Ronaldo Alves Bento) Pela ordem, a Vereadora Elizabeth Cota disse que como conversou com a Comissão de Diretores precisam estar embasados para ter argumento técnico. Dessa forma, entraram com o Requerimento porque vários professores entraram com atestado por questões emocionais causadas pela carga horária excessiva. Diante disso, disse que estão buscando dados para que possam apresentar ao executivo o relatório final. **O Presidente submeteu o Requerimento em única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Requerimento nº 363/2023** (autoria do Vereador Ronaldo Alves Bento). Pela ordem, o Vereador Ronaldo Bento disse que existe preocupação com a Emenda Constitucional 103/2019 e com a PEC 38/2023 que está tramitando pelo Congresso Nacional traz um pouco de preocupação dos servidores no âmbito geral que temos procurado porque foi criada uma comissão para tratar sobre a lei de nº 103/2019 em que muitos aspectos foram absorvidos pelo poder público municipal e outros não. Destacou que esse ano é uma data limite, ciente de que o Sindicato de Servidores Públicos está a frente juntamente com a Comissão, mas que trazem algumas preocupações como por exemplo, caso venha a ser aprovado. Destacou que precisam agir de forma célere, e por ter sido aprovado em dois mil e dezenove possuem até esse final de ano para que seja remetido à Câmara Municipal de Mariana. Disse que se a PEC for aprovada o direito adquirido dos servidores, não irá compreender os direitos desse cidadão que é optante do Regime próprio da Previdência Social. Dessa forma, disse que esperam que a Câmara Municipal possa participar desse debate entendendo ser salutar e saudável, de forma célere para resguardar os servidores. Explicou que aguardam que apresentem a essa Câmara Municipal algo que tranquilize os servidores públicos tendo em vista que a Emenda 103/2019 é uma imposição e que muitos não terão direito a sua aposentadoria. Pela ordem, o Vereador José Antunes disse que fazia parte da Comissão de Educação e que uma comissão de professores o procurou e levou o assunto à Secretária Cláudia que marcou reunião com o prefeito Celso Cota para ver a possibilidade de não ficarem no prejuízo, seguidamente solicitou assinatura. Posteriormente o Vereador Ronaldo Bento disse que sabe do comprometimento de levar a questão à Comissão de Educação, com muito zelo e responsabilidade. Explicou que a postergação da Lei pode trazer prejuízo a outras classes e que a Emenda 103/2019 já traz prejuízo, mas é uma determinação do governo Federal e precisa ser cumprida e caso não seja cumprida trará problema para o executivo de não receber repasse. O Vereador Fernando Sampaio disse que existe comissão e que precisam trazer a questão de forma sólida para a Câmara depois. Lembrou que quando foi criado o IPREV a prefeitura deveria fazer o repasse de vinte e cinco milhões de reais que não foi feito e que hoje com as taxas de juros, o valor ultrapassa sessenta milhões. Assim sendo é necessário que se faça o aporte. Pela ordem, o Vereador Ronaldo Bento disse que existe preocupação e que a Emenda é de dois mil e dezenove e caso venha a trazer prejuízo aos servidores cairá sobre as gestões que passaram e sobre a inércia da comissão. Destacou que por esse motivo, no momento em que o assunto chegou no gabinete, convida os Vereadores



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

para que tomem ciência da situação e quais passos foram dados. Seguidamente disse que em conversa com a Presidente do IPREV, e a Secretaria de Administração esse é o último ano para tomar as providências. Com a palavra, a Vereadora Elizabeth Cota disse concordar com o Vereador Ronaldo Bento, que o tempo está esgotando, que existe uma insegurança muito grande entre todos os servidores públicos em relação a este tema, mas que os Vereadores não estão com todas as informações completas sobre o tema, sugeriu manter o requerimento do Vereador Ronaldo Bento e encontrar uma maneira de acelerar essa conversa junto a comissão. Disse que é necessária uma explicação clara e didática para os servidores. Pela ordem, o Vereador Maurício Borges explicou que quando percebeu o requerimento em pauta ficou mais tranquilo tendo em vista que mais pessoas estão se envolvendo no assunto. Explicou que estão tratando da vida previdenciária dos servidores, que o tempo está passando e as atividades precisam ser tomadas. Parabenizou pelo requerimento e solicitou assinatura. Pela ordem, o Vereador Fernando Sampaio disse ser a favor do requerimento, mas que precisam ouvir a comissão e terem clareza das propostas. A Vereadora Elizabeth Cota sugeriu que após conteúdo consolidado, solicitem à equipe técnica do IPREV explicações de uma forma simples e clara para que os Vereadores possam votar ciente das propostas. O Vereador Fernando Sampaio disse que todos os Vereadores precisam cobrar. Além disso, disse que quando foi criado o IPREV com a condição de fazer um repasse, não foi feito, e que talvez se fizerem esse repasse o que precisar ser modificado hoje pode ser menor. Disse que hoje o Prefeito Celso Cota está como prefeito mas teria que honrar com o pagamento de um acordo feito lá atrás e discutir como seria feito o pagamento de sessenta milhões. Pela ordem, o Vereador José Antunes disse que o requerimento traz firmeza e segurança, que era para ter sido aprovado a mais tempo e o requerimento veio para ajudar. A Vereadora Elizabeth Cota solicitou assinatura. Pela ordem, o Vereador Pedro Ulisses parabenizou o Vereador Ronaldo Bento pelo requerimento, solicitou assinatura, e fez uma solicitação ao Vereador José Antunes presidente da Comissão de Saúde para que deixe os representantes da comissão cientes das ações da comissão para que eles possam trabalhar em conjunto pelo bem da cidade de Mariana. Pela ordem, o Vereador José Antunes disse que a comissão tem esse intuito, que foi procurado no gabinete para agendar uma reunião com o prefeito e essa reunião ainda não aconteceu, e assim que for feito disse que o Vereador Pedro Ulisses será convidado. O Vereador Juliano parabenizou o autor do requerimento e disse que desde dois mil e dezenove já existe uma determinação do governo federal, que em dois mil e vinte e um foi contratada uma empresa para elaborar o projeto, que a Arlinda secretaria de administração tem as informações, e acredita que o projeto já está avançado. Disse que quando o IPREV foi criado ele já saiu com déficit muito alto e quem está pagando essa diferença ao longo dos anos é a própria prefeitura, e caso o poder executivo não faça o repasse, os servidores terão que aumentar seu tempo de contribuição. O Vereador Ronaldo Bento disse que iria manter o requerimento e solicitou que fosse agendado uma reunião o mais breve possível. **O Presidente submeteu o Requerimento em única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade.** O Presidente convidou todos os servidores e Vereadores para comparecerem ao Plenário, solicitou que todos fizessem uma oração para a Vereadora Elizabeth Cota que iria fazer uma



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

cirurgia na próxima semana. Com a palavra, o Vereador Juliano Vasconcelos lembrou que o Secretário de Governo, Marcelo Macedo, havia ficado de trazer as informações referentes a redução da jornada de trabalho das servidoras que retornam da licença a maternidade e questionou se estas informações já foram enviadas. Em resposta, o Secretário Marcelo Macedo declarou que o Executivo sabe da importância deste projeto, mas devem se atentar que este projeto chegou à Câmara no dia dez de agosto de dois mil e vinte e três, e que a execução deste projeto se dará em primeiro de janeiro de dois mil e vinte quatro. Disse que em análise prévia, este projeto não possui avaliação de impacto orçamentário, devido ao momento em que se encontra o Município, que atualmente está em contenção de gastos, sendo assim, foram encaminhados somente os impactos dos anos de dois mil e vinte quatro, vinte cinco e vinte seis. Assim, para este ano, não haveria possibilidade da aplicação deste projeto, deixando então para a aplicabilidade a partir de dois mil e vinte e quatro, acrescentando que neste ano, entra em vigor a legislação eleitoral, o que acarretaria como "benefício". Explicou que por este motivo, ainda não possui uma definição, mas devido a esta legislação, relata que é provável que não seja aplicada esta Lei. Pela ordem, o Vereador Juliano Vasconcelos informou que sua assessoria jurídica possui um entendimento diferente, como também, crê que o jurídico, na época do Prefeito Interino Edson Agostinho, também possuía, dado que a lei foi encaminhada para a votação, sendo assim, solicitou que todas estas informações sejam encaminhadas por escrito e protocoladas. O Secretário Marcelo Macedo confirmou e relatou que o fará assim que finalizar os levantamentos. Seguidamente, o Vereador Juliano Vasconcelos relatou sobre um fato que havia ocorrido no último domingo, durante a apresentação do projeto "Banda na Praça", onde as bandas que realizaram o show, não tiveram tempo de preparação, dado que, foram solicitadas a apresentações sem aviso prévio, como também, o projeto não possuía a devida divulgação. Relatou que durante a apresentação, um dos músicos, realizou diversas cobranças a Secretária de Cultura, dentre as solicitações, é com referência ao repasse da Prefeitura para o ano de vinte e três, que até o momento não ocorreu, após, relatou o porquê da necessidade dos repasses. Sendo assim, realizou a devidas cobranças, possuindo a referência que o valor já descrito e aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA). Informou que fará um requerimento convocando o Secretário de Cultura e os representantes das Bandas para uma reunião. Ainda com a palavra, o Vereador Juliano relatou que em reunião com os diretores escolares, no qual afirmaram a falta de profissionais de limpeza nas instituições, onde não ocorreu a realocação de profissionais, citando as escolas, Monsenhor José Cota e Dom Luciano, disse que já encaminhou os comunicados internos necessários e aguarda respostas da Secretária de Educação. Seguidamente, realizou novamente a cobrança com relação a ponte em Margarida Viana e a Ponte do Paraíso, que ocorreu de seus gabiões caírem, e caso não ocorra a manutenção antes das chuvas, as duas comunidades ficaram ilhadas, lembrando que, estas pontes foram feitas a pouco tempo, e é de responsabilidade da empresa refazer o serviço, e citou, "obras públicas tem garantia", sendo necessário a cobrança por parte do Executivo. Finalizou informando que recebeu diversas ligações de servidores que informaram que há um boato sobre um possível corte do vale alimentação e que até o momento não lhe foi informado nada, mas se posicionou contrário a qualquer



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

corte de benefício. Com a palavra, o Vereador Fernando Sampaio se colocou contrário a qualquer corte de benefício, inclusive reafirmou a necessidade de voltar às tratativas referente ao pagamento do benefício aos servidores que estão afastados por motivo de saúde. Com a palavra, a Vereadora Elizabeth Cota declarou que as falas do Edil Fernando Sampaio devem ser consideradas, dado que, já passou por esta situação enquanto servidora, onde viu alguns de seus colegas, retornarem a seu serviço, mesmo doentes, para não perderem este benefício e que é necessário um trabalho árduo da Câmara para solicitar do Executivo o envio deste projeto para apreciação. Com a palavra, o Vereador Manoel Douglas também se colocou contra, caso existisse algum projeto que tirasse o benefício do servidor, mas declarou que estas informações são falsas, e solicitou que antes que estas informações sejam divulgadas, os Edis visem procurar a veracidade. O Vereador Ronaldo Bento relatou que também foi procurado por servidores, e se colocou contra a qualquer projeto neste sentido, como também, reafirmou a necessidade de buscar a veracidade antes de qualquer divulgação. Com a palavra, o Vereador Juliano Vasconcelos disse que quando aborda esse tema, não estaria trazendo fake news, e que foi baseado na quantidade de servidores que o contataram, além disso, que foi dito está na “mesa” da secretaria de planejamento para que seja feita a análise de impacto orçamentário no planejamento. O Vereador Ronaldo Bento se retratou com o Vereador Juliano Vasconcelos, pois não teria ouvido anteriormente que há um estudo sobre tal assunto na secretaria de planejamento. Com a palavra, o Vereador José Antunes disse que também foi questionado se viria um Projeto de Lei, para esta Casa, ressaltou que acha improvável que isso ocorra. Disse que quando vai conceder algum benefício para o servidor tem que ser muito bem pensado para não se tirar depois. Finalizou dizendo que não se deve forçar a barra com o prefeito, visto as altas demandas do município e seu pouco tempo de governo. Com a palavra o Vereador Juliano Vasconcelos disse discordar da fala do Vereador José Antunes sobre o pouco tempo de governo, pois o Sr. Leonardo, Subsecretário, está à frente da secretaria de obras desde antes do prefeito assumir, sendo assim sabe das demandas que tem antes do prefeito assumir. Disse que a respeito das pontes, a prefeitura tem contrato com a mesma empresa, então o município deveria notificar a empresa e pedir para que a mesma desse andamento na obra, e que teria cobrado tal notificação, mas até o momento não recebeu nenhum retorno e acredita que com noventa dias no governo não é difícil executar. O Vereador Edson Agostinho complementou que sobre a ponte de Margarida Viana, disse que quando era prefeito interino teria cobrado o Sr. Leonardo e o mesmo disse que teria notificado a empresa. O Vereador Ronaldo Bento afirmou que cobrou que a empresa refizesse a ponte pois estaria no contrato de garantia da obra, dessa forma não gera custo extra ao município e que o Sr. Leonardo disse que já teria notificado a empresa. O Vereador José Antunes perguntou qual seria a empresa que teria executado a obra das pontes, ao que o Vereador Juliano Vasconcelos disse que acha ser a empresa Conterplan e que poderiam pedir para o Sr. Leonardo enviou a data que a empresa foi notificada. O Vereador Manoel Douglas reafirmou que a informação do corte de benefício seria fake news, pois estudos podem ser feitos sobre qualquer assunto, mas que para isso proceder os vereadores precisariam estar de acordo, o que é preocupante foi a forma que tal informação chegou aos servidores e que inclusive



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

também teria recebido ligação de servidores questionando sobre esse corte e ressaltou se tratar de fake news. A Vereadora Elizabeth Cota disse que também acha se tratar de fake news e que os Vereadores não aprovariam nada que prejudique o servidor público, a não ser que haja uma justificativa plausível. Com a palavra, o Vereador Maurício Borges disse que desde de quando recebeu esses questionamentos por parte dos servidores, pontuou que teria entrado em contato com a secretaria desta Casa e que até o momento não teria chegado nenhum projeto em relação ao corte do benefício e que não votaria favorável a qualquer projeto que fira os benefícios do servidor público. Com a palavra o Vereador Pedro Ulisses manifestou que qualquer Projeto de Lei que chegue a essa Casa para tirar algum benefício do servidor público também terá seu voto contrário. Solicitou que o prefeito encaminhasse a esta Casa um projeto de lei que contemple com o auxílio alimentação os servidores que estão afastados por motivos de saúde. Disse que seu gabinete teria solicitado ao Deputado Estadual Adriano Alvarenga uma Emenda Parlamentar para a aquisição de um aparelho de raio-x panorâmico e a verba já se encontra nos cofres públicos, além disso, pediu agilidade ao secretário de saúde e na compra desse aparelho. O Vereador José Antunes parabenizou o Vereador José Sales por uma reunião marcada em Camargos e parabenizou o prefeito Celso Cota Neto pela sua sabedoria em ter levado representantes das mineradoras para realizar melhorias para a comunidade. Perguntou ao Secretário de Governo, Marcelo Macedo sobre qual a situação da Tarifa Zero nas comunidades de Constantino, Margarida Viana e Paraíso, e que o mesmo que trouxesse na próxima reunião informações para que pudesse informar os moradores. O Vereador Juliano Vasconcelos parabenizou o Vereador José Antunes pela fala, e completou que as comunidades foram contempladas no programa Tarifa Zero, que as estradas estão transitáveis e acredita que o problema com as vias está descartado. Solicitou que o Poder Público inicie o Tarifa Zero nessas comunidades e que traga informações na próxima reunião sobre os motivos pelo qual a linha de ônibus nessas comunidades não iniciaram. Com a palavra o Vereador José Sales agradeceu ao prefeito por ter atendido ao pedido da comunidade de Camargos e ter comparecido a reunião que ocorreu no dia de ontem, que foi uma reunião muito proveitosa. Falou da importância de ser discutido com as comunidades os projetos trazidos pelas empresas antes da execução dos mesmos. O Vereador Juliano Vasconcelos parabenizou o Vereador José Sales pela reunião e justificou sua ausência, em seguida contextualizou sobre os projetos que deixou pronto no seu mandato e disse que espera que as demandas que não foram concluídas sejam feitas. **Encerramento:** Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a reunião às dezessete horas e quarenta e quatro minutos.